

-----**ACTA N.º 28/2010**-----

-----Aos 17 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Santos; -----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, tendo sido coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo de imediato à apreciação da ordem de trabalhos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA 2011**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2011, documentos que se anexam a esta acta (**anexo I**), para análise e aprovação do Executivo.-----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que o Orçamento é um documento contabilístico em que define as

estratégias de desenvolvimento do concelho no curto, médio e longo prazo, onde se reflectem todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas, de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental.-----

-----Sobre as receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas foi explicado o critério utilizado no cálculo, para a sua obtenção, tendo sido utilizado o mesmo critério noutras receitas como as vendas de bens e serviços. -----

-----Relativamente às despesas correntes, estas foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2011 e tendo por base as despesas de 2010, acrescidas dos montantes ainda em dívida, neste ano de 2010. -----

-----Quanto às despesas de capital, elas foram dotadas de acordo com as obras e projectos a decorrer, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe realizar em 2011 e nos anos seguintes, acrescidas do valor da dívida ainda existente. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder, no caso, os subsídios. -----

-----O Senhor Presidente fez ainda referência ao Orçamento deste Município que irá vigorar para o ano de 2011, no montante de 26.161,288€ sendo superior ao Orçamento de 2010 em mais 906.942€. No que concerne a despesas correntes constata-se que há uma diminuição de 1.548.955€ e nas despesas de capital um aumento de 2.455.897€ devido à inclusão no Orçamento de 2011 de obras inadiáveis e com um ónus considerável onde se destacam o Centro Escolar de Celorico da Beira com o valor de 1.255.000€; o Centro Escolar da Lageosa do Mondego com 805.600€; a Habitação Social no Bairro de Santa Luzia cujo montante é de 1.304.000€ e por fim o Parque Industrial da A25 num total de 692.400€.-----

-----Salientou também a dívida da obra da Variante de Celorico da Beira que importa em 1.223.928€ e os respectivos juros no montante aproximado de 200.000€, cujos pagamentos deverão ser efectuados no decurso de 2011. -----

-----Referiu ainda que, tendo em conta a precária situação financeira deste Município, no ano de 2011 poderá ser decretada a situação de desequilíbrio financeiro conjuntural ou estrutural, nos termos da Lei da Finanças Locais e do Decreto-Lei 38/2008, de 7 de Março, cujos planos deverão incluir todos os projectos adjudicados à data, pelo que, também optaram por incluir alguns projectos nas Grandes Opções do Plano para 2011, que estariam previstos ocorrer em anos posteriores.-----

-----No uso da palavra o Senhor **Vereador Júlio Santos**, referiu que na sua opinião, o Orçamento agora apresentado, não é bem um orçamento, pois não passa de uma descrição contabilística e que só as despesas com o pessoal e os pagamentos de dívidas, quase esgotam o orçamento. Referiu ainda que o Majusp, partido que representa, considera a proposta de orçamento irrealista, porque os investimentos que dele constam não serão realizados. No seu parecer há apenas duas obras que serão feitas: o Parque Industrial da A25 e a Pista de Pesca na Ratoeira. Quanto à despesa sim, o Orçamento reflecte a realidade e assim sendo já percebeu como é que se irá financiar o défice, pois é sabido que as receitas vão ser menores que no ano anterior e todos sabem bem porquê. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, no Orçamento foram incluídos os projectos ainda a adjudicar e os que se encontram já adjudicados.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o que constatou da leitura do Orçamento é que não há, por parte do Executivo, vontade em travar o desequilíbrio financeiro, porque se houvesse, teriam cortado na rubrica mais relevante que são as despesas com os recursos humanos. Mas, pelo contrário, verifica-se que se pretende contratar mais pessoas. ----

-----Sobre a Empresa, o Senhor Vereador referiu que a mesma tinha sido criada com o objectivo de gerir outros espaços para além dos que

prosseguem objectivos de carácter social e capazes de gerar receitas tais como: a Pousada, a Central de Camionagem, o Bar do Jardim e o Lagar. Mas, o que se tem vindo verificar é o inverso; os equipamentos com funções comerciais foram dados a explorar a privados. Disse ainda que se a EMCEL não conseguir criar investimento, os objectivos que estiveram na sua génese estão em causa, deixando de fazer sentido a sua existência.----

-----Na sua opinião, durante os dois primeiros anos de mandato, este Executivo fez uma boa gestão, mas nos dois últimos anos, por só pensarem em ganhar as eleições, estragaram tudo o que de bom tinham feito.-----

-----Referiu ainda que, se não houver interesse em tornar a EMCEL numa empresa credível e com futuro, então o melhor era acabar com ela pois é preferível pagar as indemnizações todas de uma vez do que manter uma estrutura comercial sem futuro. -----

-----Mais referiu que, atendendo à situação financeira em que deixaram cair a autarquia, deveriam tomar de imediato uma atitude e requerer a celebração do contrato de reequilíbrio financeiro.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** respondendo à questão do Senhor Vereador disse que o despedimento de funcionários da empresa seria muito complexo, porque a Câmara teria que pagar grandes indemnizações e na presente conjuntura da autarquia é uma situação impensável.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, esta autarquia ao entregar o espaço de restauração do Centro Coordenador de Transportes a privados saiu beneficiada. Desse espaço ficaram a receber uma renda fixa e não têm os encargos dos cinco funcionários que aí prestam serviço. Disse ainda que, no momento actual é difícil para esta autarquia ressarcir os funcionários da empresa. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pediu para ser esclarecido relativamente à obra do Centro Escolar de Celorico da Beira e questionou se o montante em causa (1.255.000€) é a parte que esta autarquia terá que suportar. -----

-----Reportando-se ao aumento da despesa global que sobressai neste orçamento, desejou saber quais os planos que este executivo tem para fazer face ao desequilíbrio económico/financeiro existente.-----

-----Pretendeu saber, quais as implicações que o recurso ao reequilíbrio ou saneamento financeiro poderá trazer para este concelho. Referiu ainda que se existe um plano para este fim, o mesmo deveria ser facultado aos Vereadores. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, ainda não tinha dado início ao reequilíbrio financeiro e caso o executivo optasse por fazer esse pedido, iria informar e esclarecer os Senhores Vereadores da Oposição. ----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que com o surgimento da lei das finanças locais, a autarquia tem poder, em termos legais de contrair empréstimos, desde 2005, mas a tutela foi abrindo excepções para projectos específicos.-----

-----Referiu que desde 2005 que tem vindo a fazer referência em todas as suas intervenções, que esta autarquia reunia as condições para pedir o reequilíbrio ou o saneamento financeiro. Optando pelo saneamento financeiro, este, permitiria reorganizar o passivo da autarquia com um limite máximo de 12 anos. Caso seja definido o reequilíbrio financeiro este limite passa para 20 anos e será então celebrado contrato com as instituições públicas de crédito, onde incluirão todos os empréstimos contraídos até à data por este município, bem como os juros e as amortizações feitas e outro passivo desta autarquia, ficando esta, sujeita a cumprir os requisitos estabelecidos por lei.-----

-----Lembrou ainda que, quer o Orçamento, quer as Gop's terão que ser reestruturados caso optem por essa via. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, neste orçamento apresentado é notório o desequilíbrio entre a receita e a despesa e questiona quais as medidas que o executivo pensa tomar e quais as implicações que essas medidas poderão trazer para a autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que se retirarem das Gop's 6 milhões do investimento e a não serem executadas as obras do Parque Industrial e os Centros Escolares, conseguiriam tirar mais flexibilidade do processo. Mas por outro lado, impõe-se a parte do financiamento europeu para as obras em causa e acha que não deviam deixar desperdiçar estas verbas. Disse que nas Gop's foram retiradas as obras mais relevantes que não poderão ser feitas. Que se mantém o empréstimo à habitação social, mas se for abatida a venda de apartamentos e a redução do pagamento por parte da autarquia da água, luz e a renda dos utentes, a verba dá para pagar a dívida do referido empréstimo. Também à despesa corrente foram tomadas posturas, entre outras, o condicionamento da renovação de contratos de pessoal e a abolição das horas extraordinárias. -----

-----Referiu que há áreas em que a autarquia tem que investir: como a reparação de estradas, que algumas deveriam ser da responsabilidade do Estado e estão a cargo deste município. Também o parque automóvel está a necessitar de profundas remodelações porque é bastante antigo e consequentemente muito degradado. -----

-----O Senhor Vereador António Silva fez a entrega do orçamento da Emcel e referiu que reflecte o subsídio dado pela Câmara Municipal à empresa. -----

-----Sobre o mapa de pessoal, o Senhor **Presidente da Câmara** referiu que nele está contemplado a criação de alguns lugares, por se verificarem

necessidades dos serviços. Disse que teriam que criar 5 lugares para os Sapadores, uma vez que estes são co-financiados e a verba já está disponível. Sobre os contratos a termo que constam do documento, disse que seriam renováveis somente os mais indispensáveis, verificando-se neste orçamento, uma redução de 350 mil euros em relação ao ano anterior. Disse ainda que, a maior dificuldade que existe para esta autarquia, é a nível dos contratos a tempo indeterminado, porque são eles que absorvem a maior parte da verba.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se existem critérios definidos para renovação dos contratos e que, os critérios deveriam ser fundamentados com base nas necessidades dos serviços.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que desta reunião, o que de bom saiu, foi o reconhecimento de que esta autarquia necessita de uma reorganização mais rentável. Disse ainda que o Majusp votava contra, por serem contra a filosofia subjacente à elaboração destes documentos, não obstante, estão disponíveis para participar activamente na reorganização da estrutura da autarquia.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois contra dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Martins Santos aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2011.**-----

-----**Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que o voto contra do Majusp relativamente ao Orçamento e Gop's para 2011 tem por base o seguinte: ---

-----“1 - Os documentos não reflectem nenhuma inversão da estratégia que levou a que financeira e economicamente o município chegasse à situação em que está (calamitosa); -----

-----2 - Os documentos não reflectem uma estratégia condizente com as reais necessidades do concelho quer em termos de redução de despesa quer em termos de estratégia de investimento; -----

-----3 - Não está de modo algum reflectido nos documentos, a manifesta vontade política para que se dê início ao processo de reequilíbrio financeiro da autarquia”. -----

-----Voto contra do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra este Orçamento, porquanto o mesmo não está suportado por qualquer estratégia sobre a sua execução, pelo que me suscitam algumas dúvidas quanto à sua exequibilidade e pelo pouco tempo disponibilizado para a sua apreciação, não permitir sequer uma abordagem ou estudo superficial dos documentos apresentados”. -----

-----**ASSUNTO: 6ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2010**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 14/12/2010, cujos documentos se apensam a esta acta (**anexo II**), submetendo para aprovação a 6.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2010. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor M. Santos, aprovar a 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**II - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi apresentada uma proposta com a criação de Gabinetes, Unidades e Subunidades Orgânicas no Município, cujo documento se apensa a esta acta (**anexo III**).-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que queria ver este assunto mais fundamentado, e gostaria de saber qual o modelo de gestão que lhe está subjacente.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, um contra do Senhor Vereador Victor M. Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, submeter à Assembleia Municipal a aprovação do número máximo de seis gabinetes, quatro unidades orgânicas flexíveis e vinte e cinco subunidades orgânicas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO N.º 15/2004 DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico referindo que face ao requerimento apresentado pelo Senhor António Jorge Cardoso do Nascimento sobre a recuperação do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 986.º da freguesia de S. Pedro, relativamente ao qual corre termos, um processo judicial com o n.º 15/2004 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, por o mesmo representar perigo de eminente derrocada, tendo este, solicitado que seja encerrada a rua da Corredoura no espaço suficiente para não colocar em perigo veículos e peões, afigura-se possível, face à degradação contínua do mesmo e atendendo a falta de estabilidade que se apresenta, podendo a qualquer momento ruir, permitir num espírito

de colaboração, que o município proceda à recuperação da parede e telhado, o mais breve possível, e posteriormente, salvaguardando em primeira linha o interesse público, apresente um projecto de licenciamento para as obras de remodelação que se propõe executar.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** é de opinião que seja dada isenção para que o município possa fazer a recuperação da parede e do telhado, por uma questão de segurança e apresentar posteriormente o projecto de licenciamento das obras.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o município em questão, da licença de construção para recuperação da parede e telhado do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 986.º, sito na freguesia de S. Pedro, devendo posteriormente, apresentar um projecto de licenciamento para as obras de remodelação que se propõe executar.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IV - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: FAZENDA DA ESPERANÇA - DESTAQUE DE PARCELA**-----

-----Foi presente requerimento n.º 832, datado de dois de Dezembro de dois mil e dez, em nome de Fazenda da Esperança – Associação Sem Fins Lucrativos, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada em espaço rural, de acordo com o PDM em vigor. A parcela de terreno a destacar destina-se à construção de uma habitação unifamiliar. ---

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4, do art. 6.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro e o ponto 2 do art. 17.º, do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do

Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição:-----

-----a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; confrontam com arruamentos públicos;-----

-----b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva. -----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do art. 6.º, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 48.453m².**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----